

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLVII



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2024

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

O presente tomo das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa — Classe de Letras* reúne as comunicações apresentadas nas sessões académicas da Classe de Letras no ano de 2019.

Título: Memórias da Academia das Ciências de Lisboa
Classe de Letras
Tomo XLVII

Edição: Academia das Ciências de Lisboa

Impressão: Gráfica 99

Data de impressão: 2024

ISSN: 0378-116X

Depósito legal: 61370/92

DOI: <https://doi.org/00000>

Armistício?

ADRIANO MOREIRA[†]

Talvez possa adiantar-se, ainda que como hipótese, que a importância do Armistício e Paz da Guerra de 1914–1918, no que toca a Portugal, tenha uma compreensão dependente do que foi a dimensão da crise colonial que pesou no fim da Monarquia. Talvez o primeiro elemento do processo tenha sido o incidente do navio francês “Charles et Georges”. Tendo sido abolida a escravatura, esse navio francês foi aprisionado pela marinha portuguesa, em 1856, nas águas da Baía de Condúcia, por transportar cento e dez negros destinados a ser vendidos como escravos; esse navio foi enviado com escolta até ao Tejo. A França ameaçou com uma intervenção armada, que não diminuiu o vigor do pensamento de Sá da Bandeira contra a escravatura, mas o processo acabou com a condenação portuguesa a restituir o navio e pagar ao proprietário uma enorme indemnização. A humilhação foi ressentida pelo povo português, no período marcado pelo triste reinado de D. Pedro V. As vitórias obtidas, com a intervenção arbitral do presidente Grant dos EUA, reconhecendo a soberania portuguesa, contestada pela França, sobre a Ilha de Bolama, na Guiné, da intervenção arbitral de Mac-Mahon a favor da igual soberania em Lourenço Marques, não compensaram. Mas não vinha longe a questão do Mapa Cor-de-rosa, que Barros Gomes, em 1887, apresentou ao Parlamento, reivindicando uma espécie de Província Africana de Angola a Moçambique, quando Cecil Rhodes, fundador da “Chartered Cy” que pretendia estabelecer um alinhamento de caminho-de-ferro do Cabo ao Cairo, provocando um incidente, de que foi vítima Serpa Pinto quando, para defender-se de um ataque dos africanos makololos, decidiu responder, com a infelicidade de não ter respeitado o facto de eles erguerem a “Union Jack”, que lhes fora dada por missionários protestantes, e deste modo ofender a Grã-Bretanha. Daqui ao *Ultimatum* de 1890, uma forma de agir que tem sempre a solução de a potência mais poderosa impor a sua vontade, implicou a renúncia às pretensões do Mapa, com a demonstração da fraca administração colonial que de 1839 a 1851 tivera 18 ministros do ultramar, e uma profundamente sentida humilhação nacional,

que o sacrifício de Silva Porto ao fazer-se explodir para não sofrer indignidades que cometeriam sobre ele nativos, nem os feitos da geração que incluiu Paiva de Andrade, Caldas Xavier, Aires de Ornelas, Freire de Andrade, Paiva Couceiro, António Enes e Mouzinho de Albuquerque; este o que mais impressionou a população portuguesa, ao vencer e prender o Gungunhana, nome que significa o Invencível, antes graduado militarmente (coronel honorário, com uniforme e pensão) e a quem todavia a Rainha Vitória enviara uma taça de prata com esta gravação: “To Gungunhana from Vitoria Queen”, com acompanhamento de mil espingardas de boa marca.¹ Isso não impediu que a Monarquia fosse atingida pela crítica de não ser um regime sequer capaz de defender os interesses ultramarinos nacionais, que os republicanos criassem o hino que seria o Hino Nacional depois de 1910, embora com o cuidado, na mudança, de substituir o apelo à “marcha contra os bretões”, pela mais ampla e nobre de “marcha contra os canhões”. O assassinato do Rei D. Carlos e do seu Príncipe Herdeiro, o jovem D. Luís, Duque de Bragança, sendo breve o reinado de Dom Manuel II, foi o preço do triunfo republicano. Este sentimento foi aparentemente o que levou Afonso Costa, chamado “o Rei sem coroa” do início do novo regime, e, depois de vários outros cargos ministeriais, Chefe do Governo em 1913–1914, 1915–1916, e 1917, a assumir a intervenção na Guerra de 1914–1918, tendo certamente presente as experiências que dinamizaram o republicanismo, e a esperança de Portugal estar no processo de negociação dos vencedores, onde a partilha de interesses poderia incluir a expropriação das colónias portuguesas. Nesta evocação do 1.º Centenário da Participação de Portugal na Guerra de 1914–1918, a comparação entre a concentração global de efetivos aliados e de meios de ação, explica porque é que os aliados não pretendiam a nossa participação militar, cuja debilidade conheciam, mas não poderiam impedir que a geografia exigisse usarem o *poder funcional* de algumas das nossas possessões, designadamente no Atlântico. Por isso, a nossa África de então foi envolvida no Teatro de Operações Africano, em Angola e Moçambique, em resultado da agressão alemã, e ali os nossos soldados sofreram com as graves faltas das capacidades necessárias, desprovidos designadamente de assistência. Pelo que respeita à intervenção na Europa, ficou como símbolo do sacrifício a imagem do Soldado “Milhões”, um pastor transmuntano que recebeu

¹ Chantal, S., *Historie de Portugal*, Editorial Surco, Barcelona, 1960, pp. 441 e ss.

a Torre e Espada: uma fotografia da época mostra o General Gomes da Costa perfilado e fazendo a continência ao soldado que ficou conhecido pelo nome que lhe deu o Tenente-Coronel Ferreira do Amaral, querendo sublinhar o valor da sua ação exemplar. O monumento que, na Avenida da Liberdade, em Lisboa, recordava a Batalha da Flandres, perdeu a celebração anual do desfile que recordava o acontecimento, com o argumento de que nenhum país tinha um monumento à derrota: tinha sido esquecido que era um monumento à coragem. Quanto às causas da guerra, distingue-se uma advertência de Bismark no sentido de que uma simples leviandade poderia desencadear um cataclismo. E embora tenha de recordar-se que a Internacional Socialista, desde o seu Congresso de 1907 em Stuttgart, tinha retomado o esforço, tantas vezes frustrado na história europeia, de estabelecer um programa impeditivo de mais uma guerra, a organização das alianças correspondia à precaução dos Estados quanto à confiança recíproca: a França, dirigida por Raymond Poincaré, pretendia a aliança da Rússia, a Alemanha queria manter a aliança com o Império Austro-Húngaro. A leviandade foi o assassinato, em Sarajevo, na Bósnia, em 28 de junho de 1914, do Arquiduque Francisco-Fernando, herdeiro do Império Austro-Húngaro. A ação militar que este decidiu foi declarar guerra à Sérvia em 28 de julho, desencadeando o processo apoiado no que em França se chamou “Union sacrée” e na Alemanha “Burgfrieden”. Ao contrário do previsto, foi uma guerra que seria chamada “das Nações”, durou mais de quatro anos, provocou mais de 10 milhões de mortos, um número aterrador de mutilados e doentes, e destruições, incluindo navios, de valor incalculável. A estrutura política estava abalada, com os Impérios (Alemão, Russo, Austro-Húngaro e Turco) esmagados, e com os valores das sociedades civis desacreditadas. Em 11 de novembro de 1918, a Alemanha assinaria o armistício, e finalmente tinha de enfrentar as dificuldades do Tratado de Paz, assinado em Versailles em 28 de junho de 1919, seguido dos Tratados com a Áustria (10 de setembro de 1919), com a Bulgária (27 de novembro), com a Hungria (1920), com a Sérvia (1920), este substituído por novo texto em 1923². Vejamos alguns princípios que resultaram de uma nova hierarquia das potências, que resultaram do confronto de Clemenceau, que representava o espírito do passado europeu e, portanto, incluindo a não esquecida hegemonia da França,

² Carpentier, J. & Lebrun, F. (Direction), *Histoire de L'Europe*, Editions du Seul, Paris, 1989, passim.

e, pela primeira vez, a revelação da supremacia dos EUA representados pelo presidente Wilson, um idealista da paz universal. No ideário de Wilson estava dominante o conceito americano do seu “destino manifesto”, que os levava do Atlântico ao Pacífico, do “interesse nacional permanente, de conteúdo variável”, de ser “a casa no alto da colina” visando a proeminência mundial. A unidade de referência da organização proposta dava por destruídos os impérios, em favor do princípio dos Estados-Nações. Tendo Clemenceau obtido o que considerava a segurança da França pela imposição da limitação da capacidade militar da Alemanha, que extinguiria o seu Estado-Maior e desmilitariza a fronteira do Reno, foi o idealismo de Wilson que dominou o Tratado. Da destruição dos Impérios resultou uma total remodelação da geografia política europeia, e, pela primeira vez na história, a tentativa de organizar o *globalismo*, este ainda sem batismo, com a aprovação dos “14 pontos” que Wilson apresentara ao Congresso em 1918, e que, apoiado nesses pontos, negociara, a paz com os alemães: e finalmente vinha à Europa um Presidente americano para orientar a criação de uma Sociedade das Nações. De facto, a Europa foi secundária nos trabalhos, a igual dignidade dos Estados não foi respeitada e os EUA identificam-se não como “aliados”, mas como “associados” dos vencedores. Como muitos dos 27 Estados considerados vencedores não tinham tido participação apreciável na guerra, no próprio texto se inscreve o princípio do Diretório com o “Conselho dos 10”, sendo dois da França, os EUA, a Inglaterra, a Itália e o Japão, reduzido em poder diretivo pelo que foi chamado “conselho dos 4”, Clemenceau (França), Wilson (EUA), Lloyd George (Inglaterra), Orlando (Itália), de facto, Wilson e Clemenceau. Portugal ganhou estar na Mesa de Conferência, desfilar as tropas sob o Arco do Triunfo em Paris, salvaguardar o domínio colonial, tentar reorientar a política interna com o breve governo de Sidónio Pais que seria assassinado, e chamando Afonso Costa a ser por Portugal representante na Conferência de Paz em Versalhes, e depois na Sociedade das Nações, tudo como que uma simples apaziguadora homenagem. Consta que um general alemão declarara que o Tratado de Versalhes não era um Tratado de Paz, mas um Tratado de Armistício para vinte anos. Se verdade, tinha talvez presente que a Alemanha não se conciliaria com a severidade das obrigações que feriam a ideia da “paz sem vitória”, designadamente “reparar” os desastres dos conflitos: coisa de que, justamente 20 anos passados, um antigo cabo do exército alemão vencido, Hitler, usaria para excitar

o nacionalismo alemão e desencadear a Segunda Guerra Mundial. Politicamente a Europa iniciou o declínio político, Wilson veria o senado Americano recusar a ratificação do Tratado de Versailles, a Sociedade das Nações, em que os EUA não entrariam, não adquiria a autoridade suposta, e a nova geografia política da Europa ficava semeada de disputas territoriais e de minorias. Em todo o caso, à Europa sangrenta da Guerra de 1914–1918, seguiu-se uma época de regresso à normalidade, de prosperidade material, embora, como foi notado, com uma Europa da Revolução, uma Europa da Contra-Revolução e uma Europa da Democracia, mas na hierarquia dos poderes, uma Europa enfraquecida. A ata final do acordo de Locarno (16 de outubro de 1925) anunciava a união dos governos alemão, belga, britânico, francês, italiano, polaco e checoslovaco para encontrar a Paz, coroando os esforços de Aristide Briand. Isso não impediu que as diferentes Europas fossem desafiadas pelos totalitarismos, avançando para a tragédia de 1939–1945, ficando pelo caminho a falência da credibilidade da Sociedade das Nações, paralisada historicamente quando o Negus da Etiópia ali proferiu o histórico discurso em que pedia a defesa do direito contra a invasão italiana. O problema angustiante neste ano da graça de 2018 é saber se a Paz dessa última guerra é também apenas um armistício em vista da Arena Global em que a “terra casa comum dos homens” se transformou.

Num artigo já de 2013, Dominique Vidal, um jornalista atento à Relações Internacionais, abordou, apenas por enumeração, “Uma Análise Geopolítica dos Conflitos”, pondo em destaque os acontecimentos da Ucrânia, referência alarmante que o levou a concluir, em 2015, no quadro do panorama dos conflitos contemporâneos, que estava reaberta a tensão entre a Rússia e os Estados Unidos da América, apenas dois decénios corridos desde a vitória do Ocidente sobre a União Soviética. O intervalo que, desde a data em que assinaram a paz da Primeira Guerra Mundial, agora celebrada pelo centenário, algum dos interventores alemães vaticinara que se tratava, não de uma Paz, mas de um armistício para vinte anos. Foi o que aconteceu. Seguindo as suas inquietações e tendo inevitavelmente presente as variedades típicas dos conflitos, Vidal introduziu uma distinção entre “conflitos interestaduais, conflitos não estaduais, e violência unilateral”. De facto estava a tornar-se problemática a suposta supremacia global dos EUA, colocando em questão a segurança com que Fukuiama anunciara “o fim da história”, com o globalismo a multiplicar os desafios no que respeita à

governança atribulada, com os desastres do Iraque e do Afeganistão a servirem de aviso, com o abalo da crise financeira e económica a destruir a hierarquia suposta das potências vista a dispersão das capacidades, não apenas económicas e até científicas, mas sobretudo militares, nestas últimas destacando-se a multiplicação dos titulares das armas nucleares e estratégicas. A referida diversificação dos conflitos, adotada pela Uppsala Conflict Data Program, em cada ano vai permitindo anunciar as parcelas dos milhares de mortos que atribui aos modestamente chamados “conflitos menores de base estadual”, mas certamente foi a demonstrada capacidade de o fraco vencer o forte, comprovada pelo ataque às Torres Gémeas em New York, e de os Estados militarmente menos poderosos alimentarem a solidariedade entre novos poderes, sendo que a lista é cada vez mais numerosa. As estatísticas, que fortalecem o aviso de Vidal, apontam mais de uma dúzia de riscos na Ásia, devendo acrescentar-se os conflitos dinamizados pelos movimentos revolucionários que não poupam nem o Médio Oriente, nem o continente americano. O que parece, neste 2018 atribulado, mais alarmante, é que um conflito surgido entre potências atómicas, em mais de uma oportunidade apareceu possível pela relação inovadora no diálogo, sobretudo intermediado pelos meios de comunicação mundiais, entre o suposto forte EUA e o suposto fraco Coreia do Norte, capaz de criar uma leviandade responsável pela destruição da Terra. Já depois de escrito este texto, o General Ben Hodges, ex-comandante das forças dos EUA na Europa, antecipa que “EUA e China estão em guerra dentro de 15 anos”.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 14 DE FEVEREIRO DE 2019)